

Morre a ex-ministra e ex-reitora Nilcéa Freire, incansável parceira no enfrentamento das desigualdades de gênero e raça

O *Instituto Patrícia Galvão* comunica com grande pesar o falecimento de Nilcéa Freire, ex-ministra de políticas para as mulheres. Nilcéa deixa um legado ímpar, marcado pela defesa dos direitos humanos. Primeira mulher reitora em uma universidade pública (UERJ, 2000 a 2004), Nilcéa foi pioneira na defesa e implantação de cotas para a população negra.

Como ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do governo federal (2004 a 2010), Nilcéa esteve à frente do processo de elaboração do projeto de lei que deu origem à Lei Maria da Penha e inaugurou o serviço Ligue 180, a Central de Atendimento à Mulher. Durante sua gestão foi debatido e elaborado o primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com o diagnóstico e as recomendações para garantir a igualdade de direitos e oportunidades entre os gêneros.

A seguir, reproduzimos a nota em homenagem a Nilcéa Freire divulgada por Nadine Gasman, atual presidenta do Instituto Nacional das Mulheres do México (Inmujeres), que atuou como representante da ONU Mulheres no Brasil até o ano passado.

Ministra das Mulheres do México lamenta falecimento da ex-ministra Nilcéa Freire

[\(ONU Mulheres, 30/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A presidenta do Instituto Nacional das Mulheres do México (Inmujeres), Nadine Gasman, recebeu com “grande tristeza” a notícia do falecimento de Nilcéa Freire, ex-ministra de Políticas para as Mulheres do Brasil entre 2004 e 2011. Gasman a conheceu durante o exercício de postos nas Nações Unidas

como diretora da campanha do Secretário-Geral da ONU “UNA-SE pelo fim da violência contra as mulheres” e como representante da ONU Mulheres Brasil. Abaixo trecho da mensagem publicada originalmente em Espanhol em seu perfil no Facebook.

“
N
i
l
c
é
a
f
o
i
u
m
a
g
r
a
n
d



e mestra: brilhante, generosa e coerente em todos os âmbitos do seu trabalho. Com uma grande visão e muito trabalho, ela apoiou o avanço das mulheres no Brasil, na América Latina e Caribe e no mundo. Foi de médica à política, professora à militante, sempre indo para além do cotidiano e pensando em como transformar a vida das mulheres e dos homens.

Como presidenta da Conferência da Mulher, da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), conquistou o histórico Consenso de Brasília; como ministra desenvolveu políticas integrais e inovadoras para o avanço das mulheres, apoiou a criação da ONU Mulheres e o fortalecimento do movimento de mulheres, feminista, de mulheres, negras e jovens. Como representante da Fundação Ford, teve a visão de apoiar a resposta a partir dos direitos humanos das mulheres na epidemia do vírus zika.

Como amiga e mentora, Nilcéa foi uma fonte de inspiração para o meu trabalho como representante da ONU Mulheres no Brasil e como presidenta do Instituto Nacional das Mulheres do México.

Nilcéa será lembrada como a grande feminista lutadora que contribuiu substantivamente para a transformação da vida das mulheres.

Um abraço solidário à sua família e a incontáveis amigas e amigos, a quem fará muita falta.

#NilceaPresente

Veja também:

- [Morre ex-ministra Nilcea Freire, aos 66 anos, de câncer \(Correio Braziliense, 29/12/2019\)](#)
 - [Quem foi Nilcéa Freire, ex-ministra que lutou pelos direitos das mulheres \(Universa/UOL, 29/12/2019\)](#)
 - [Lula: “Precisamos, cada vez mais, de mais Nilceas” \(Revista Fórum, 29/12/2019\)](#)
 - [Dilma: Legado de Nilcea é exemplo de resistência ao autoritarismo, à misoginia e à exclusão social \(Sul 21, 29/12/2019\)](#)
 - [Morre Nilceia Freire, ex-Ministra que atuou pela Lei Maria da Penha, aos 67 anos \(Marie Claire, 30/12/2019\)](#)
 - [O ativismo social e feminista da ex-ministra Nilcea Freire \(Nexo, 29/12/2019\)](#)
 - [Morre ex-ministra Nilcéia Freire aos 66 anos \(Veja, 29/12/2019\)](#)
 - [Nilcéa Freire: ciência é um substantivo feminino, por Marcia Barbosa \(O Globo, 31/12/2019\)](#)
-

Contribuições Socioeconômicas das Mulheres: avanços e dificuldades, por Nilcea Freire e Hildete Pereira de Melo

(Folha de S.Paulo, 09/08/2016) Nos últimos quarenta anos as mulheres brasileiras tiveram suas vidas transformadas, pela educação, pela entrada no mercado de trabalho, pelo incremento (ainda baixo) na participação política e nos movimentos sociais. As ruas desde 2013 ganharam expressivos rostos jovens femininos que sem temor lutam pela liberdade das escolhas sexuais, pelo direito ao aborto, contra a violência doméstica e denunciam os estupros sofridos e vividos.

No entanto, as mudanças possibilitadas pela educação e pelo mercado de trabalho ainda não construíram a igualdade entre os sexos. Rompeu-se a invisibilidade das mulheres na sociedade e esta ruptura provocou transformações positivas nas vidas das mulheres e nas cidades em que vivem.

No mundo do trabalho as mulheres em 2013 significavam 40,7% da população ocupada e considerando os anos 2004-2013 a taxa de crescimento feminina foi 18,1%, superior à taxa de crescimento masculina que alcançou 13,2% para os mesmos anos. (PNAD/IBGE, 2014). O mercado de trabalho tem sido mais atraente para as mulheres e nota-se que a presença delas no mundo profissional é uma permanência, pois não há mais variação significativa na taxa de participação feminina ao longo da última década como mostram as estatísticas divulgadas pelo IBGE.

A literatura econômica feminista tem ressaltado que a chegada das mulheres no mercado de trabalho teve e tem enorme importância no processo de desenvolvimento nacional e no reconhecimento de suas múltiplas possibilidades de integração nos espaços produtivos. Podemos fazer tudo ou quase tudo que antes era possível apenas para os homens. A revolução tecnológica praticamente acabou com a “força bruta” no manejo das

atividades produtivas e os rendimentos ganhos pelas mulheres já representam mais de 40% dos rendimentos das famílias brasileiras, longe dos míseros trocados que nossas avós recebiam no passado e que os maridos daquelas que trabalhavam afirmavam que era apenas para comprar batons e esmaltes.

Mas, este progresso feminino não é um paraíso. As mulheres vivem uma interdependência entre vida familiar e vida do trabalho que é denunciado pelo movimento de mulheres. O que significa esta interdependência? As mulheres convivem com uma desvalorização secular do trabalho feminino e isto explica as desigualdades que qualificam sua vida produtiva, com rendimentos inferiores e muitas dificuldades para ascender aos cargos de chefia. Esta invisibilidade é desvendada no plano simbólico, pelo senso comum que caracteriza os trabalhos domésticos ou afazeres domésticos como trabalho complementar, acessório e de ajuda e sabemos que 88% das mulheres ocupadas com mais de 16 anos realizavam afazeres domésticos, enquanto os homens apenas 46% declararam realizar estas tarefas na família. Esta carga de cuidados com a família também é denominada de dupla jornada de trabalho e faz com que as mulheres tenham uma jornada média de afazeres domésticos mais que o dobro da masculina (20,6 horas/semana, dados do IBGE, 2014). Esta realidade é verdadeira tanto no Brasil como em todos os países. Por isso, a luta é necessária!!!!

Para dirimir esta carga pesada suportada pelas as mulheres na sociedade urge o estabelecimento de uma política pública educacional de multiplicação de creches e escolas para as crianças de zero a três anos e 4 e 5 anos. Lembrem-se que a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) do Projeto de Lei nº 8 035 (20/12/2010) propunha ampliar, até 2020, para 50% o atendimento escolar das crianças de zero até três anos e universalizar, até 2016 o atendimento escolar das crianças de quatro e cinco anos. Estas ideias já estão nas leis, mas não estão ainda nas vidas das mulheres, como mostram o tempo de afazeres domésticos declarados pelas mulheres. No entanto, houve um crescimento no acesso das nossas crianças à educação infantil entre 2004 e 2013, as taxas de escolarização das crianças de zero a 3 anos subiram de 13,4% para 23,4% e as crianças de 4 e 5 anos passaram de 61,5% para 81,4%. Melhorou, mas é preciso universalizar para que as

mulheres possam participar em toda a plenitude da vida econômica da nossa sociedade.

É necessário escrever nas demandas políticas das mulheres para as Eleições de 2016, quando Prefeituras e Câmaras de Vereadores serão renovadas, que uma política explícita educacional para as crianças de zero a cinco anos seja formulada pelos postulantes dos cargos públicos, contribuindo para ampliar a conciliação entre a vida familiar e o trabalho das mulheres e dos homens.

Referência

BRASIL, IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 2013. *Síntese de Indicadores Sociais - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira*, Rio de Janeiro, 2014.

**Nilcea Freire é Professora Aposentada da UERJ , ex-Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Hildete Pereira de Melo é Professora Associada da UFF.*

Acesse o PDF: [Contribuições Socioeconômicas das Mulheres: avanços e dificuldades, por Nilcea Freire e Hildete Pereira de Melo \(Folha de S.Paulo, 09/08/2016\)](#)

A sociedade precisa entender que as mulheres grávidas na epidemia de zika vivem uma situação de tortura

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 23/04/2016) No último painel

do 9º Seminário Nacional A Mulher e a Mídia, a antropóloga Debora Diniz, pesquisadora e professora da UnB, aproveitou o momento para dialogar sobre as distorções no debate que vem sendo feito sobre direitos sexuais e reprodutivos frente à epidemia do zika vírus. Destacando que “a epidemia tem um tempo diferente da política”, Debora ressaltou que defender a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos “não é falar em eugenia. O que não temos nenhuma dúvida é que o estado de incerteza em que vivemos traz uma situação de tortura para as mulheres”.

Leia mais: [*Grávidas em tempos de zika vivem ‘sob tortura’ \(Folha de S.Paulo, 26/04/2016\)*](#)

Debora Diniz, que é também coordenadora da Anis - Instituto de Bioética, apresentou no painel o conceito geral da ação por descumprimento de preceito fundamental (ADPF), que vem sendo preparada em conjunto com a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) para ser apresentada ao Supremo Tribunal Federal. Segundo Debora, a ação “não coloca um novo permissivo de licitude à interrupção da gestação, trabalhando com o conceito de ‘estado de necessidade’, previsto no Código Penal, diante do sofrimento imposto às mulheres pela epidemia”, ressaltou.

A proposta visa assegurar a universalização do benefício de prestação continuada a todas as mulheres notificadas como em risco para a síndrome apenas com laudo médico, sem exigência de perícia do INSS; o direito à interrupção da gestação enquanto durar a epidemia, “não se discutindo malformações ou sintomatologia, mas o estado de sofrimento em que essas mulheres estão vivendo”; e a inclusão dos métodos contraceptivos de longa duração e distribuição de repelentes durante o pré-natal, explica. “O litígio é o caminho legítimo quando direitos individuais são violados”, disse Debora.

“A política brasileira de aborto é uma quimera. A trajetória brasileira é da instituição robusta do caráter antidemocrático e autoritário das forças contrárias à autonomia reprodutiva feminina”, enfatizou Sonia Corrêa, pesquisadora associada da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia) e co-coordenadora do Observatório da Sexualidade.

Estratégias de comunicação

A diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, apontou a importância de reforçar redes de mulheres e feministas para assegurar direitos. E que é fundamental no debate sobre as estratégias de comunicação frente à epidemia em relação aos direitos das mulheres pensar que “cada uma, em seu lugar de *expertise*, precisa trabalhar comunicacionalmente para que as mulheres estejam no centro do debate”.

Jacira também defendeu a formulação de “estratégias combinadas de atuação política, especialmente a das manifestações performáticas para ganhar mentes e corações, como fazíamos na década de 1980 e abandonamos; aprimorar ao máximo a capacidade de transmitir informações a qualquer interlocutor ou público; dialogar com os jornalistas dos principais veículos impressos de todo o país, tendo em vista que as informações divulgadas por estes ainda são reproduzidas por emissoras de rádio, TV e outros veículos noticiosos; e realizar reuniões com associações médicas e ações de pressão sobre governos municipais, estaduais e federal, retomando articulações unitárias para construir e dar visibilidade a manifestações nesse sentido, especialmente neste ano eleitoral”. A ideia é pressionar as candidaturas a apresentar propostas de ações emergenciais para dar resposta aos problemas de saneamento, coleta de lixo e distribuição de água de suas cidades.

Outro elemento apontado como fundamental por Jacira Melo foi a necessidade de construir uma aliança com profissionais de saúde em defesa de que ter políticas para assegurar os direitos das mulheres significa também garantir que eles tenham as necessárias condições de exercício profissional.

A representante da Fundação Ford, Nilcéa Freire, concordou com Jacira e resgatou a história do Seminário A Mulher e a Mídia, projetado inicialmente como uma estratégia de diálogo com jornalistas para potencializar a cobertura e repercussão da primeira conferência de políticas para as mulheres.

Neste momento de crise política, o feminismo está vivo nas vozes das jovens e negras

Nilcéa ainda prosseguiu exigindo respeito “às lutas e conquistas do feminismo, à dor das mulheres quando têm um filho assassinado ou quando

são violentadas ou impedidas de decidir sobre o que fazer com uma gravidez, um sofrimento inaceitável”. E exaltou “as jovens em todas as praças e ruas que estão retomando e fazendo um feminismo alegre, solto e ousado que vai à rua e diz um palavrão alto e sonoro para o Cunha. Elas dizem em público, e dirão quando o momento vier, que para se eleger neste país tem que considerar as mulheres, seus corpos e o sofrimento do qual Debora falou-nos”.

Durante a discussão, por diversas vezes participantes do evento ressaltaram a necessidade de enfatizar sempre, em todas as ações, estratégias e composição de mesas e espaços de debate, o peso estruturante do racismo na sociedade brasileira, e como as discriminações de raça e gênero se articulam com as desigualdades de classe, potencializando violações ainda mais graves dos direitos das mulheres negras e trans no cenário de injustiça social estrutural do país.

[Clique aqui para assistir ao vídeo deste debate e dos outros três painéis do Seminário Midia, Zika e os Direitos das Mulheres](#)

Veja também: Por que precisamos de uma ação de planejamento familiar, proteção à maternidade e à infância?

Seminário Internacional inicia ressaltando importância da mudança social para coibir violência sexista

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 20/05/2015) A solenidade de abertura do 1º Seminário Internacional Cultura da Violência contra as

Mulheres, realizado pelo Instituto Patrícia Galvão e Instituto Vladimir Herzog em São Paulo, reafirmou a importância da educação, das políticas de prevenção e de ações articuladas entre Estado e sociedade civil para enfrentar o fenômeno mundial das violações aos direitos humanos das mulheres.

[Assista aqui ao vivo.](#)

O evento reúne mais de mil pessoas no auditório do Sesc Pinheiros. Falando pela organização do evento, Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, ressaltou a importância do debate para todos os que defendem “uma perspectiva civilizatória”. Ivo Herzog homenageou sua mãe, Clarice, como um exemplo de força e resistência à violência cultural e institucional que afeta as mulheres - arrancando uma longa salva de palmas do público.

Veja a cobertura do evento:

[*Presidente da CIDH chama atenção para a invisibilidade da violência institucional \(Agência Patrícia Galvão, 25/05/2015\)*](#)

[*O papel da mídia na superação da cultura de violência contra as mulheres \(Agência Patrícia Galvão, 22/05/2015\)*](#)

[*A importância de valorizar os diferentes marcadores para enfrentar a violência sexista \(Agência Patrícia Galvão, 21/05/2015\)*](#)

[*Especialistas apontam necessidade de ações de prevenção junto aos jovens para enfrentar violência contra as mulheres \(Agência Patrícia Galvão, 21/05/2015\)*](#)

Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil, lembrou que não é possível desconstruir a violência sem falar em educação. “Abordar as masculinidades e formas como as desigualdades de gênero se reproduzem inclusive nas escolas” é fundamental para discutir como essa cultura violenta se transmite em toda a sociedade.

Nilcéa Freire, representando a Fundação Ford, falou sobre a importância de refletir sobre o que avalia como um “aprofundamento de um padrão de crueldade na violência de gênero” especialmente nos espaços

públicos, tendo como exemplos estupros coletivos e em transportes. Fenômenos da violência sexista que vêm sendo denunciados em realidades geográfica e culturalmente distantes como a Índia e o Brasil, reiterando o que já havia dito em sua mensagem em vídeo a subsecretária das Nações Unidas e diretora executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka. “A violência contra mulheres e meninas não tem fronteiras, religião, classe social, raça ou nível educacional”.

[easyrotator]erc_47_1432839961[/easyrotator]

Eleonora Menicucci, ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência, lembrou a década de 1980, quando em São Paulo surgiu o SOS Mulher e as mobilizações contra a impunidade de tais crimes. “Infelizmente mantém-se até hoje o paradigma de banalização da violência às mulheres”, frisou, acrescentando que a cultura de violência de gênero não pode ser transformada apenas com políticas públicas, mas exige também campanhas, iniciativas educacionais e envolvimento de atores sociais e empresariais.

A ministra também leu uma mensagem enviada pela presidenta Dilma Rousseff aos participantes do Seminário em que aponta o combate à violência contra a mulher e à desigualdade de gênero como “premissas de uma sociedade justa e democrática que nos compete construir e promover”.

O secretário municipal de Direitos Humanos da capital paulista, Eduardo Suplicy, e o diretor regional do Sesc SP, Luiz Massaro Galina, também saudaram a abertura do evento.

Mensagens da ONU apontam fim da violência sexista como desafio do século

Por meio de mensagem em vídeo Phumzile Mlambo-Ngcuka, subsecretária geral das Nações Unidas e diretora executiva da ONU Mulheres, frisou que é “inaceitável” que uma em cada três mulheres no mundo sofram violência em algum momento de suas vidas. “A violência contra mulheres e meninas - seja ela física, sexual, patrimonial ou psicológica - é uma estratégia de preservação e reprodução do patriarcado”.

Phumzile afirmou também que “a realização deste Seminário no Brasil reforça a reputação do país no que diz respeito aos avanços legais e políticos nesse sentido. Aplaudo a recente lei criminalizando o feminicídio no Brasil como um importante investimento na implementação do Programa Mulher, Viver sem Violência. Assim como a abertura das Casas da Mulher Brasileira, que asseguram o atendimento integrado às mulheres vítimas de violência”.

A subsecretária geral da ONU frisou que “a mídia e as religiões têm um papel destacado na formação dessa realidade” e que é preciso “encontrar o caminho para mudar as agendas econômicas e sociais que dão a homens e rapazes acesso privilegiado ao desenvolvimento econômico e social em detrimento das mulheres e meninas”.

Phumzile ressaltou ainda que para alcançar um planeta efetivamente igualitário em 2030, como prevê a agenda “Planeta 50-50”, lançada na reunião da Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW) ocorrida em março deste ano em Nova York, é necessária uma transformação social real para assegurar a igualdade às mulheres e jovens. “Precisamos construir um aparato em todas as áreas e garantir a elas acesso ao desenvolvimento humano sustentável, paz e segurança”, disse, concluindo que o Seminário contribui para esse novo paradigma.

O secretário geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, também enviou mensagem audiovisual ressaltando que colocar fim à epidemia global de violência contra as mulheres é uma das prioridades da ONU e a motivação da campanha UNA-Se, que mobiliza governos, a sociedade civil e a mídia ao redor do mundo. E, como Phumzile, citou também a [campanha ‘He for She’, da ONU Mulheres](#), que chama os homens à responsabilidade na garantia do direito das mulheres à igualdade de gênero, afirmando que os progressos obtidos nesse sentido ainda são insuficientes.

“A violência contra a mulher ainda acontece todos os dias em todos os países. E essa é a mais extrema manifestação da opressão social, sexual, política e econômica global das mulheres e meninas. Temos que entender as causas e saber o que fazer para eliminá-la. Isso inclui mudanças na percepção das masculinidades que promovem a dominação e a agressão às mulheres. Pôr fim à violência contra mulheres e meninas é um dos mais importantes

objetivos deste século”, afirmou Ban Ki-moon.

Cultura de violência contra as mulheres será debatida durante seminário internacional

Representantes de diversos países estarão presentes em evento que acontece nos dias 20 e 21 de maio, em São Paulo. As inscrições estão encerradas, mas haverá transmissão simultânea nos dois dias do evento a partir das 10h pelo [site oficial](#) do Seminário

(Tatiana Merlino para Agência Patrícia Galvão / 13/05/2015)

Especialistas, ativistas, representantes de organismos e instituições nacionais e internacionais estarão reunidos durante o 1º Seminário Internacional Cultura da Violência Contra as Mulheres para debater questões fundamentais para o enfrentamento da violência em suas diversas formas e abordagens.

O seminário, organizado pelo Instituto Patrícia Galvão e do Instituto Vladimir Herzog, em parceria com a ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e Fundação Ford, ocorrerá no Sesc Pinheiros, nos dias 20 e 21 de maio, em São Paulo.

“Nossa expectativa é que, ao longo dos dois dias do Seminário, realizemos um esforço coletivo de revisitar o tema da violência contra as mulheres tendo em perspectiva suas causas mais profundas e os mecanismos que constroem, disseminam e perpetuam uma cultura de desrespeito aos direitos humanos das mulheres que atravessa gerações e fronteiras geográficas e ignora diferenças de níveis de desenvolvimento socioeconômico”, aponta Jacira Vieira de Melo, diretora-executiva do Instituto Patrícia Galvão. “Iremos discutir a violência contra a mulher e seus aspectos culturais. Queremos

fortalecer a troca de experiências e defender o direito à vida em todas as suas dimensões”, afirma Ivo Herzog, diretor do Instituto Vladimir Herzog.

Pacto global

Para a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, o seminário será uma oportunidade de desnaturalizar práticas que estão nas raízes da violência. “É mais do que discutir a violência contra as mulheres, que é um problema lamentável e uma chaga que nenhuma sociedade que pretenda ser democrática pode conviver, é olhar para a cultura, para valores enraizados”, frisa.

A representante da Fundação Ford no Brasil, Nilcéa Freire, avalia que o evento será ainda um momento “em que teremos a oportunidade de discutir o desequilíbrio de poder que existe entre homens e mulheres - e a violência talvez seja a evidência mais cruel desse desequilíbrio de poder”.

Nadine Gasman, Representante da ONU Mulheres no Brasil sustenta a necessidade de trabalhar com as questões determinantes da cultura da violência contra as mulheres. “Sabemos que há uma relação com a cultura patriarcal em que vivemos, mas queremos ir além da denúncia. Queremos pensar como acabar com ela. O grande desafio da humanidade é construir uma cultura de igualdade”, define. Entre os elementos para desconstruir tal cultura, ela destaca a necessidade de desnaturalizar coisas que parecem normais “nas relações, nas instituições, trabalhar com educação formal, das famílias e das comunidades”.

A Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, fará a palestra de abertura do evento.

Eixos temáticos

Buscando alcançar um pacto global de não-tolerância à perpetuação da violação dos direitos humanos das mulheres, os debates foram organizados em quatro eixos, que serão debatidos ao longo dos dois dias entre especialistas do Brasil, Estados Unidos, Argentina, Costa Rica, Argentina, Inglaterra e México.

A primeira palestra, “As Perspectivas Propositivas para uma Cultura de Não Violência Contra as Mulheres”, será realizada por Lori Heise, diretora-executiva da Strive Research Consortium. Em seguida, os debates do painel 1 devem, não apenas para estimular o aprofundamento da compreensão sobre os fatores que determinam a construção e perpetuação da cultura da violência contra as mulheres, mas principalmente apresentar análises e experiências voltadas ao questionamento e desconstrução dessa cultura nos âmbitos local e global.

A segunda palestra e painel irão abordar “A Juventude e a Cultura da Violência contra as Mulheres”, buscando refletir sobre quais normas e ideais de gênero, e também sobre quais concepções de violência e direitos que circulam entre os jovens, visando, sempre, elaborar estratégias para a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos das mulheres.

Já o terceiro eixo será sobre “O Papel da Mídia na Cultura de Violência Contra as Mulheres”. Colocará em debate o papel da mídia na construção e disseminação de estereótipos de gênero que naturalizam a violência contra as mulheres, por um lado, e ações de comunicação que contribuem com o enfrentamento da questão, por outro.

A última palestra, “Por uma Cultura de Respeito aos Direitos Humanos das Mulheres” será realizada por Tracy Robinson, presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Em seguida, o painel “Desafios para Mudar a Cultura da Violência contra as Mulheres” buscará refletir sobre como construir uma cultura de paz em toda a sociedade, considerando que a igualdade de gênero é central nesse sentido.

Na última sessão do Seminário, as pessoas e representantes das organizações presentes irão construir um pacto que sintetizará as questões apresentadas e as ações a serem tomadas para mobilizar a sociedade, sensibilizando e engajando novos atores no enfrentamento à violência contra as mulheres.

[Confira a programação completa do Seminário e conheça os palestrantes e painelistas que estarão presentes neste percurso.](#)

As inscrições estão encerradas, mas haverá transmissão online do Seminário no site do evento: www.scovaw.org.